

Demonstrações financeiras

Banco C6 S.A.

31 de dezembro de 2025
e relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

Relatório da administração 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 5

Balanço patrimonial 10

Demonstração de resultado 11

Demonstração dos resultados abrangentes 12

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 13

Demonstração dos fluxos de caixa 14

Notas explicativas às demonstrações financeiras 15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor,

O Banco C6 S.A. ("C6 Bank"), situado em São Paulo, é um banco completo para pessoas físicas, MEIs, pequenas, médias e grandes empresas (atacado), que forma um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne também o Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consig"), a C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("C6 CTVM") e empresas de tecnologia para meios de pagamento e assessorias de seguros.

Juntas, as empresas do "Grupo C6 Bank", somam cerca de 4 mil funcionários.

Impacto Social

O C6 Bank atua de forma integrada para responder às demandas da sociedade, aos cuidados com o meio ambiente e aos desafios climáticos. Essa atuação é estruturada por meio da agenda de ESG, que orienta práticas responsáveis nas dimensões social, ambiental, climática e de governança, incorporadas à estratégia corporativa, aos produtos e aos serviços.

No pilar ambiental e climático, o banco consolidou avanços relevantes na agenda de descarbonização, em um contexto de fortalecimento da agenda climática global, com a COP30 realizada no Brasil, reforçando seu compromisso com o tema por meio da participação no evento e de ações de engajamento com o público.

Em 2025, também apuramos o primeiro resultado da meta de redução de 54,6% das emissões de GEE de escopos 1 e 2 até 2033, com base nos dados de 2024, alcançando uma redução de 4,87%. Conquistamos o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol (FGV) em nosso inventário de emissões e avançamos em ações de menor impacto ambiental, como o incentivo ao uso de etanol em veículos alugados, além de iniciativas de educação ambiental, com 1.600 educadores formados em 10 instituições.

Em social, fortalecemos iniciativas de educação financeira, com destaque para a integração com a plataforma Meu Bolso em Dia da FEBRABAN para clientes, lançado em abril de 2024, e para a Jornada Financeira realizada na região metropolitana de Porto Alegre, ampliando o acesso ao conhecimento financeiro e à autonomia da população local. Também destinamos mais de R\$ 2 milhões a projetos incentivados e impactamos 4,5 mil pessoas por meio de ações de responsabilidade social corporativa ao longo de 2025. Também realizamos uma campanha emergencial de apoio ao estado do Paraná, em resposta aos impactos causados por ciclones extratropicais, reforçando nosso compromisso com a atuação responsável diante de eventos climáticos extremos.

Na dimensão de governança, a atuação do banco é pautada pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que reúne as diretrizes do tema, é pública e orienta os processos internos. Em 2025, avançamos na atualização do plano de efetividade da PRSAC, com a definição de indicadores, critérios de avaliação e mecanismos de acompanhamento, fortalecendo a gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos.

Em produtos e serviços, todos produtos seguem com avaliação de critérios ESG antes do seu lançamento. Também contamos com produtos de impacto positivo, como o Extrato de Carbono, com mais de 1,1 milhões de usuários, e a ferramenta de doar dentro do aplicativo do C6 Bank. Mantemos o compromisso com acessibilidade, diversidade, por meio do Cartão Rainbow, e com o meio ambiente, por meio do Cartão Acqua, nosso cartão biodegradável.

Apresentação das demonstrações financeiras do período

Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações individuais do C6 Bank, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN.



Desempenho financeiro

Em 31 de dezembro de 2025, o C6 Bank possuía R\$ 45,1 bilhões de operações de crédito, R\$ 2,2 bilhões de patrimônio líquido e R\$ 102,7 bilhões de total de ativos. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 1,2 bilhão.

Auditores Independentes

A política do Grupo C6 na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

(Aprovada pela Administração em 02 de fevereiro de 2026).



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco C6 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco C6 S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

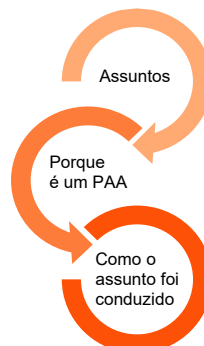
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Banco C6 S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 4.4 e 8.1) A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução CMN nº 2.682/99, estabelecendo novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração a existência objetiva de perda do valor recuperável dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, e considera a aplicação de metodologia que utiliza várias premissas, incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos ou reduções significativas de risco de crédito, e a consequente classificação desses ativos financeiros em estágios, previstos na Resolução nº 4.966/21 do CMN. Dessa forma, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Em relação à implementação da Resolução nº 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN), avaliamos os procedimentos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos modelos de provisão para perdas. Em relação à metodologia de provisão para perdas esperadas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, substancialmente relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da Resolução nº 4.966 do CMN; (ii) a concessão de crédito e operações renegociadas; (iii) o processamento e contabilização das provisões; (iv) a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (v) a existência e mensuração das garantias consideradas na apuração da provisão; e (vi) a elaboração e divulgação das notas explicativas, conforme o nível de detalhamento exigido pela norma. Efetuamos testes sobre o processo de validação e aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em base amostral, e com o suporte de nossos especialistas, testamos os modelos mencionados, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais relevantes, bem como a acurácia e a integridade da base de dados utilizada nos cálculos.



Banco C6 S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução nº 4.966 do CMN. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros (Notas 4.2, 4.3, 6 e 7) Uma parcela substancial dos instrumentos financeiros é composta por títulos privados de renda fixa mensurados a valor justo. A mensuração dos títulos privados de renda fixa é obtida por meio de modelo desenvolvido pela administração, considerando dados de mercado observáveis. Dessa forma, a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros foi definida como uma área de foco em nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado aos processos de mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros. Comparamos, em base de teste, os valores utilizados para a mensuração desses investimentos efetuados pela administração por meio de modelos que consideram dados de mercado observáveis. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com



Banco C6 S.A.

base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



Banco C6 S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Pedro Henrique Pereira de Sousa
Signed By: PEDRO HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA-12118428745
CPF: 12118428745
Signing Time: 02 February 2026 | 20:03 BRT
O: KOP-Brazil, OU: PricewaterhouseCoopers
C: BR
Issuer: AC CertSign RFB G5
473335AE48E3421...

Pedro Henrique Pereira de Sousa
Contador CRC 1RJ119141/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.944.318
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	6	
Títulos e valores mobiliários	6.1	3.062.503
Derivativos	6.2	244.401
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	
Títulos e valores mobiliários	7.1	11.747.420
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	8	
Operações de crédito	8.1	45.153.090
Títulos e valores mobiliários	8.2	16.517.695
Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	8.3	5.533.522
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8.4	8.137.143
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.1	(3.500.075)
Outros ativos	9	2.282.506
Ativos fiscais	17	3.329.783
Investimento em controladas	10	1.076.692
Imobilizado de uso	11	227.381
(-) Depreciação	11	(99.444)
Ativos intangíveis	12	58.202
(-) Amortização	12	(20.591)
Total do ativo		102.694.546
Passivo	Nota	31/12/2025
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	13	
Depósitos	13	46.114.100
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	7.449.514
Empréstimos	13	4.970.181
Obrigação por cessão de crédito	13.1	8.556.253
Dívidas subordinadas	13.2	1.854.675
Outros passivos financeiros	13.3	29.915.440
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Derivativos	6.2	86.380
Provisões	15	64.689
Obrigações fiscais correntes	17	100.248
Outros passivos	14	1.385.581
Total do passivo		100.497.061
Patrimônio líquido	16	
Capital Social		1.103.177
Reservas de capital		146.215
Reserva legal		58.062
Reservas de lucros		920.655
Outros resultados abrangentes		(30.624)
Total do patrimônio líquido		2.197.485
Total do passivo e do patrimônio líquido		102.694.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	31/12/2025	
		Semestre	Exercício
Receitas de intermediação financeira		6.911.233	12.036.772
Operações de crédito		3.255.630	5.925.035
Resultado líquido com instrumentos financeiros		3.561.098	5.956.716
Resultado de operações de câmbio		94.505	155.021
Despesas de intermediação financeira		(6.287.197)	(11.332.048)
Operações de captação no mercado		(5.200.348)	(9.388.871)
Operações de empréstimos e repasses		(283.415)	(535.430)
Provisão para perda associada ao risco de crédito	8.1	(803.434)	(1.407.747)
Resultado da intermediação financeira		624.036	704.724
Receitas e despesas operacionais		153.335	483.391
Receita de prestação de serviços	18	1.047.261	1.989.656
Despesas de depreciação e amortização	11 e 12	(12.051)	(28.935)
Despesas de pessoal	19	(426.911)	(781.658)
Outras despesas administrativas	20	(603.617)	(1.294.606)
Despesas tributárias		(122.364)	(212.660)
Resultado de participação em controladas	10	56.979	566.659
Outras receitas e despesas operacionais	21	214.038	244.935
Resultado operacional		777.371	1.188.115
Outras receitas e despesas não operacionais		370	880
Resultado não operacional		370	880
Resultado antes dos tributos e participações		777.741	1.188.995
Imposto de renda e contribuição social	17	(41.050)	191.867
Participação no resultado		(79.732)	(219.627)
Lucro líquido do semestre/exercício		656.959	1.161.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2025	
	2º semestre	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	656.959	1.161.235
Variação de ajuste de avaliação patrimonial		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(10.852)	(8.742)
Efeito tributário do ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros	2.207	1.257
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros de controladas	(2.595)	(3.835)
Hedge de investimento no exterior	-	38.531
Ajuste de conversão de moeda	28.284	(42.956)
(=) Resultado abrangente total	674.003	1.145.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucro/Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16	6.930.989	151.486	-	-	(14.879)	(3.201.891)	3.865.705
Ajuste conforme Resolução CMN nº 4.966/2021		-	-	-	-	-	(706.569)	(706.569)
Aumento de capital	3	401.196	-	-	-	-	-	401.196
Redução de capital	3	(6.229.008)	-	-	-	-	3.941.144	(2.287.864)
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros resultados abrangentes		-	-	-	-	(11.320)	-	(11.320)
Ajustes de conversão de moeda		-	-	-	-	(42.956)	(32.684)	(75.640)
Hedge de investimento no exterior		-	-	-	-	38.531	-	38.531
Lucro líquido		-	-	-	-	-	1.161.235	1.161.235
Constituição de reservas		-	-	58.062	920.655	-	(978.717)	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-	-	-	(182.518)	(182.518)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	22	-	(5.271)	-	-	-	-	(5.271)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.103.177	146.215	58.062	920.655	(30.624)	-	2.197.485
Saldos em 30 de junho de 2025		6.930.989	130.935	-	125.000	(47.668)	(3.529.184)	3.610.072
Aumento de capital	3	401.196	-	-	-	-	-	401.196
Redução de capital	3	(6.229.008)	-	-	-	-	3.941.144	(2.287.864)
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros resultados abrangentes		-	-	-	-	(11.240)	-	(11.240)
Ajustes de conversão de moeda		-	-	-	-	28.284	(32.684)	(4.400)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	656.959	656.959
Constituição de reservas		-	-	58.062	920.655	-	(978.717)	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-	(125.000)	-	(57.518)	(182.518)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	22	-	15.280	-	-	-	-	15.280
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.103.177	146.215	58.062	920.655	(30.624)	-	2.197.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	31/12/2025	
		2º semestre	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do semestre e exercício		656.959	1.161.235
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para participação nos resultados		79.732	219.627
Depreciações e amortizações	11 e 12	5.263	28.615
Imposto de renda e contribuição social no período	17	41.050	(191.867)
Passivos contingentes	15	13.279	59.512
Provisão para perdas com créditos	8.1	803.434	1.407.747
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	10	(56.979)	(566.659)
Outros		(5.549)	(2.575)
Resultado ajustado		1.537.189	2.115.635
Aumento /Redução de ativos e passivos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Aumento de Títulos e valores mobiliários		(705.568)	(2.012.930)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Redução de Títulos e valores mobiliários		(1.720.011)	5.489.336
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Aumento de Operações de crédito		(8.453.067)	(12.361.570)
Redução de Depósitos no Banco Central do Brasil		-	2.422.757
Redução de Títulos e valores mobiliários		(406.305)	1.916.142
Aumento de Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(2.317.165)	(12.429.014)
Aumento de Outros ativos		(497.920)	(846.933)
Aumento de Ativos fiscais		(385.943)	(534.042)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Redução de Derivativos		(55.589)	(274.462)
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Aumento de Depósitos		2.871.160	12.615.648
Aumento de Recursos de aceites e emissão de títulos		3.267.549	4.923.615
Obrigações vinculadas			
Redução de Empréstimos		(2.402.315)	(442.840)
Redução de Obrigação por cessão de crédito		1.667.068	(446.857)
Aumento de Dívidas subordinadas		327.843	1.367.083
Aumento de Outros passivos financeiros		6.401.209	4.803.115
Redução de Provisões		(100.305)	(34.206)
Aumento de Obrigações fiscais correntes		371.336	100.248
Aumento de Outros passivos		454.694	785.972
Caixa (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		(146.140)	7.156.697
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	12	(25.155)	(47.593)
Caixa oriundo (aplicado) nos ativos intangíveis		(25.155)	(47.593)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital (líquido)	3	401.196	401.196
Juros sobre capital próprio pagos		(126.202)	(126.202)
Caixa oriundo das atividades de financiamento		274.994	274.994
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		8.840.619	1.560.220
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	8.944.318	8.944.318
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa		103.699	7.384.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco C6 S.A. ("C6 Bank") é uma instituição financeira de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve suas atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial e de investimento.

O C6 Bank foi constituído em 2 de outubro de 2018 e recebeu licença bancária do BACEN em 18 de janeiro de 2019.

O JPMorgan Chase possui uma participação indireta de 46% no C6. O C6 Bank é controlado pela N7 Holding S.A., que detém 100% do seu capital total.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A apresentação das contas do Balanço Patrimonial está por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

Essas práticas contábeis incluem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BACEN nº 02/20, bem como os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.924/21.

Os valores comparativos não estão sendo apresentados, considerando os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 em que foi dispensada a apresentação dos valores comparativos referentes a períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 dessa resolução, que determina a dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com essas práticas, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do permanente (imobilizado de uso e intangível), provisão para perdas associadas ao risco de crédito, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, ativos fiscais diferidos, valorização de instrumentos financeiros entre outras. As estimativas e premissas adotadas são monitoradas continuamente, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, ajustando-se prospectivamente. Essas estimativas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 02 de fevereiro de 2026.

2.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. O real é a moeda funcional e de apresentação do C6 Bank. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos de acordo com os requisitos das Resoluções CMN 4.924/21 e CMN 4.817/20.

2.2. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Normas e interpretações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 - dispõem sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 foi implementada sem efeitos retroativos. Os ajustes decorrentes da reclassificação e mensuração dos ativos financeiros foram registrados em 1º de janeiro de 2025, com contrapartida no Patrimônio Líquido.

Divulgamos abaixo os impactos estimados da adoção da Resolução a partir de 1º de janeiro de 2025:

CLASSIFICAÇÃO INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Anteriormente, os instrumentos financeiros eram classificados sob as categorias "Negociação", "Mantido até o Vencimento" e "Disponível para Venda", conforme a Circular 3.068. Com a atualização para a Resolução CMN 4.966/21, houve uma reformulação dessas classificações, que agora passam a considerar o modelo de negócios e as condições específicas de cada contrato.

Desse modo, os títulos e valores mobiliários estão classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), sem impacto financeiro decorrente de mudança na mensuração

PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A partir da Resolução CMN nº 4.966/21, adotou-se o modelo de perdas esperadas, no qual a instituição reconhece as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se eventos passados, do presente e previstos, exceto para ativos financeiros cujo prazo de liquidação seja de até 12 meses e que não sejam operações de crédito, títulos e valores mobiliários transações de arrendamento mercantil ou transações de pagamento, para os quais fica facultada a avaliação da perda esperada associada ao risco de crédito (PE) com base no atraso no pagamento de principal ou de encargos, no histórico de perdas e outras informações cadastrais, de adimplemento ou inadimplemento relativas à contraparte.

IMPACTOS PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Quanto ao estoque de perdas, conforme a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas a créditos em determinadas condições foram excluídas do lucro líquido, lucro real e base da CSLL a partir do mês de janeiro de 2026.

IMPACTOS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme Art. 70 Parágrafo único, foram registrados na conta de lucros ou prejuízos acumulados os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, líquidos dos efeitos tributários. O impacto dos ajustes no Patrimônio Líquido, líquidos dos efeitos fiscais, foi de redução de R\$ 706.569.

Resolução CMN nº 4.975/21 e Resolução BCB nº 178/22 - com início de vigência em 1º de janeiro de 2025 - dispõem sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, incorporando conceitos do CPC 06 - Arrendamentos. Conforme permitido pela norma, o Banco C6 adotou a aplicação prospectiva para os novos contratos, conforme previsto, e, até o momento, não há novos contratos sujeitos a essa contabilização.

A Administração adotou as normas e interpretações descritas acima de forma prospectiva, sem impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2025 e ainda não foram adotadas:

Resolução CMN 5.185 - com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, altera a Resolução BCB nº 02/2020 que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Foram incluídos novos requisitos relacionados à divulgação de informações financeiras de sustentabilidade, exigindo das instituições financeiras a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas. A obrigatoriedade aplica-se a partir do exercício de 2026 para instituições registradas como companhia aberta ou líderes de conglomerado prudencial enquadrado no S1 ou S2; a partir do exercício de 2028, para as demais.



Demonstrações financeiras

Banco C6 S.A.

31 de dezembro de 2025

Emenda Constitucional nº 132/2023 – alterou o sistema de tributação sobre o consumo, com a instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo. A norma estabelece um período de testes, a partir de 2026 e a implementação gradual a partir de 2027.

A Administração não espera que a adoção das normas e interpretações descritas acima tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2.3. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 02/20, considera-se resultado não recorrente o resultado que:

- i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco C6 não teve resultados não recorrentes.

3. EVENTOS SOCIETÁRIOS

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco C6 S.A., realizada em 05 de junho de 2025, foi aprovada a redução do capital social de R\$ 6.959.769 para R\$ 3.018.625, com o objetivo de absorver prejuízos acumulados apurados no balanço patrimonial de 30 de abril de 2025. A redução não implicou cancelamento de ações.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco C6 S.A. realizada em 05 de junho de 2025, foi aprovada a redução do capital social do C6 Bank de R\$ 3.018.625 para R\$ 730.761. A redução foi realizada sem cancelamento de ações, mediante restituição ao sócio único, N7 Holdings S.A., por meio de transferência, pelos respectivos valores contábeis, de suas participações no Banco C6 Consignado S.A. (R\$ 1.779.829) e na C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (R\$ 508.035). Em decorrência dessa transferência, o controle da C6 CTVM e do C6 Consignado, anteriormente detido pelo Banco C6 S.A., passou a ser exercido integralmente pela N7 Holding S.A.

O Banco Central do Brasil aprovou tais reduções de capital em reunião no dia 30 de julho de 2025. O Banco C6 S.A. permanece como líder do Conglomerado Prudencial, cujos participantes permanecem os mesmos após os atos societários.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco C6 S.A. realizada em 29 de outubro de 2025, foi aprovado o pagamento à N7 Holding de juros sobre o capital próprio, no valor bruto total de R\$ 182.518, antes da incidência de impostos aplicáveis (IRRF de R\$ 27.378). O valor de R\$ 126.202 foi pago no exercício de 2025, sendo o remanescente de R\$ 28.938 registrado em valores a pagar, com liquidação ocorrida no mês de janeiro de 2026.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2025, foi aprovado o aumento de capital no Banco C6 S.A. de R\$ 730.761 para R\$ 1.131.957, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 398.170.140 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital em 18 de novembro de 2025.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo C6 Bank são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

4.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa, quando existente, são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

4.2. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando o C6 Bank se torna parte da disposição contratual do instrumento na data de negociação (data em que o C6 Bank se compromete a vender ou comprar o ativo). No reconhecimento inicial, o C6 Bank mensura um ativo financeiro ou passivo financeiro pelo seu valor justo mais ou menos, os custos de transação que são incrementais e diretamente atribuídos à emissão ou aquisição do ativo ou passivo (caso estes não sejam ao valor justo



Demonstrações financeiras

Banco C6 S.A.

31 de dezembro de 2025

por meio do resultado). Para ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são considerados despesas.

Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, após o reconhecimento inicial, é reconhecida uma provisão para perda de crédito esperada, que resulta em uma perda contábil sendo reconhecida no resultado quando um ativo é recém-originado.

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros é diferente do reconhecimento inicial ou preço de transação, a diferença é reconhecida pelo C6 Bank como:

- (i) Ganho ou perda quando o valor justo é evidenciado por um preço de cotação no mercado ativo ou técnica de avaliação usando apenas dados de mercados observáveis; ou
- (ii) Amortizado durante a vida do instrumento; diferido até que o valor justo do instrumento possa ser medido por entradas observáveis de mercado; ou realizada por meio de liquidação, para todos os demais casos.

4.3. CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração:

CUSTO AMORTIZADO: utilizado quando os ativos financeiros são administrados para coletar os fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas nos pagamentos de principal e juros.

VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES: utilizado quando os ativos financeiros são mantidos tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas nos pagamentos de principal e juros, quanto para venda. Os movimentos no valor contábil são feitos por meio de outros resultados abrangentes, exceto para o reconhecimento de: (i) ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável, (ii) receita de juros e (iii) ganhos e perdas cambiais sobre o custo amortizado do instrumento (que são reconhecidos no lucro ou perda);

VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO: utilizado para os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima.

A classificação e subsequente mensuração dos ativos financeiros depende de:

- (i) modelo de negócios em que são administrados, e
- (ii) as características de seus fluxos de caixa.

O modelo de negócios representa a forma como os ativos financeiros são gerenciados para gerar e coletar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento observado individualmente. Os fatores considerados pelo C6 Bank na determinação de um modelo de negócios relacionado a um grupo de ativos incluem a expectativa de como os fluxos de caixa são coletados, a forma como os riscos relacionados ao grupo de ativos é avaliada e como o desempenho do ativo é mensurado e reportado a administração. Os ativos financeiros podem ser gerenciados com a finalidade de:

- (i) coleta de fluxos de caixa contratuais;
- (ii) obter, coletar fluxos de caixa contratuais e vender; ou
- (iii) venda.

4.4. PERDA DE CRÉDITO ESPERADA

O C6 Bank faz uma avaliação prospectiva da perda de crédito esperada sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou por meio de outros resultados abrangentes, compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira:

- Ativos financeiros: a perda é medida pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o C6 Bank espera receber.
- Compromissos de empréstimos: a perda esperada é medida pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse sacado e os fluxos de caixa que o C6 Bank espera receber.
- Garantias financeiras: a perda é medida pela diferença entre os pagamentos esperados para ressarcimento da contraparte e os valores que o C6 Bank espera recuperar.

O C6 Bank aplica uma abordagem em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, em que os ativos financeiros migram de um estágio para o outro de acordo com as variações do risco de

crédito, classificando seus ativos financeiros em três estágios distintos de acordo com a variação do risco de crédito desde o seu início reconhecimento. Com base no aumento ou diminuição do risco de crédito, o ativo financeiro tende a migrar entre os três estágios.

Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo do risco de crédito. Perda de crédito esperada para os próximos 12 meses, considerando todos os eventos de possível inadimplência naquele período.

Estágio 2: Ativos financeiros que apresentam aumento significativo do risco de crédito. Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro, considerando todos os eventos de inadimplência naquele período.

Estágio 3: Ativos financeiros que demonstraram que não serão totalmente pagos. Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro, considerando todos os eventos de inadimplência naquele período.

CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO PARA AUMENTO OU REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO RISCO DE CRÉDITO

O C6 Bank avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial por meio de gatilhos (indicadores) relativos e absolutos, que consideram o atraso e a probabilidade de inadimplência (PD) por grupo de produtos das operações e outras informações econômicas e qualitativas disponíveis. O C6 Bank considera os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

Estágio 1 ao estágio 2: inadimplência superior a 30 dias, exceto para empréstimos garantidos por órgãos públicos, em que a inadimplência é reconhecida após 45 dias de atraso. Também sofrem migrações operações com aumento significativo de risco sinalizadas pelo modelo interno de probabilidade de default;

Estágio 2 ao estágio 3: A migração do estágio 2 para o estágio 3 ocorre quando há uma deterioração significativa na qualidade do crédito, que pode ser evidenciada por um atraso superior a 90 dias, dificuldades financeiras do devedor, como recuperação judicial, reestruturação da dívida em condições desfavoráveis, ou outros sinais que indiquem aumento relevante do risco de crédito. Esses critérios seguem as diretrizes estabelecidas pela norma.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 352, bem como com os critérios estabelecidos na tabela do Anexo I, o C6 Bank realiza a baixa a prejuízo das operações de crédito quando a perda incorrida atinge 100%. Esse procedimento observa integralmente os parâmetros regulatórios vigentes, assegurando que o reconhecimento da perda ocorra de forma tempestiva e alinhada as normas prudenciais aplicáveis, refletindo adequadamente o risco de crédito e a recuperabilidade das operações.

A avaliação do aumento do risco de crédito é feita individualmente. A determinação da Perda Esperada, via modelo ou por deliberação do comitê, que é feita de forma individual ou coletiva.

Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base nas características de risco de crédito compartilhado, considerando o tipo de instrumento, classificações de risco de crédito, data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, entre outros fatores relevantes. Para calcular a perda de crédito esperada em uma base coletiva, o C6 Bank separa a carteira de contratos com base nas características de risco de crédito compartilhadas e usa estimativas de Probabilidade de Default (PD), Perda em função de Default (LGD) e Exposição ao Default (EAD), bem como estimativas do impacto das projeções das condições econômicas futuras.

Para fins individuais, o C6 Bank considera as condições da contraparte, como situação econômico-financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de receita, fluxo de caixa, gestão, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características dos ativos, tais como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Nos casos em que o C6 Bank avalia clientes corporativos, outras informações como demonstrações financeiras, nível de endividamento, capacidade de geração de receita e fluxo de caixa, experiência no setor, contingências e limites de crédito, condições de mercado existentes e estimativas futuras no final de cada exercício também são considerados.

Os títulos públicos brasileiros são considerados de baixo risco de crédito, de acordo com estudo realizado pelo C6 Bank e com base em dados históricos da economia brasileira. Portanto, eles permanecem no estágio 1.

PRINCIPAIS PRODUTOS AVALIADOS DE RISCO DE CRÉDITO

O C6 Bank avalia o risco de crédito com base no seguinte grupo de produtos:

(i) CRÉDITO PESSOAL PESSOA FÍSICA

O crédito pessoal pessoa física é composto por cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal e limite de crédito não utilizado. São avaliados de forma massificada dado a volumetria de operações e contrapartes, existe risco de crédito nessa carteira e hoje (com exceção aos empréstimos garantidos por órgãos públicos) é o maior público do C6 Bank.

(ii) OPERAÇÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO

As operações de crédito corporativo consistem em capital de giro, pré-pagamento de operações, fianças bancárias e operações de comércio exterior. Esta carteira é constituída por operações de crédito com empresas de média dimensão, sendo a maior parte delas amparadas por garantias reais como imóveis residenciais e comerciais, certificados de depósito bancário e duplicatas, pelo que o risco de crédito associado a esta carteira é muito reduzido.

(iii) FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Esta carteira é constituída por financiamentos à pessoa física para aquisição de veículos leves, sendo amparados por garantias reais dos bens financiados, pelo que o risco de crédito associado a esta carteira é reduzido.

4.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e outros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, novamente mensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

DERIVATIVOS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado líquido com instrumentos financeiros".

DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com a hierarquia de mensuração do valor justo descrita abaixo:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. A informação não observável é utilizada para mensurar o justo valor na medida em que a informação observável não está disponível, permitindo assim situações em que existe pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Em certos casos, os dados usados para determinar o valor justo podem estar em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nestes casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora onde foram classificados os dados relevantes para a determinação do valor justo. Essa avaliação requer julgamento e considera fatores específicos aos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.



Demonstrações financeiras
Banco C6 S.A.
31 de dezembro de 2025

4.6. CONTABILIDADE DE HEDGE

Para fins de contabilidade de hedge, o C6 Bank adotou em 2023 o Hedge de valor justo – risco de mercado, utilizando instrumentos de hedge destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de passivos, decorrentes da exposição a mudanças de taxa de juros.

No momento da designação inicial do hedge, o C6 Bank formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de hedge que for determinada como hedge efetivo é reconhecida no Patrimônio Líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

O C6 Bank faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se essa efetividade se mantém continuamente dentro da faixa de 80% a 125%. A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado.

A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização de hedge accounting, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método da taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

4.7. INTANGÍVEL

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do C6 Bank ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a construção de plataforma tecnológica, amortizadas pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas – Amortização.

O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

4.8. INVESTIMENTO

As participações em coligadas e empresas com controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas.

4.9. IMOBILIZADO DE USO

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização e/ou de locação. O prazo de vida útil dos bens é de 5 anos para sistemas, equipamentos e móveis, e de 10 anos para instalações, melhorias e benfeitorias.

4.10. TRIBUTOS

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (*) – Bancos	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(*) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota

de 20% para bancos, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

O ativo fiscal diferido e as obrigações diferidas são obtidas pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua compensação. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e por estudo de capacidade de realização.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20.

4.11. COMISSÕES PAGAS A CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

Considerando-se os requisitos da Resolução CMN nº 4.935/21 e da Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões são integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas, exceto para os contratos originados a partir de 1º de janeiro de 2025, cuja comissão é considerada custo de transação, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966, e apropriada ao resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

4.12. OUTORGA DE DIREITOS SOBRE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS

O C6 Bank fornece outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais a parceiros de negócios, por meio dos quais o C6 Bank recebe serviços em troca de instrumentos patrimoniais (ou opções de tais instrumentos).

O C6 Bank mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da outorga (que podem ser ações ou opções de ações conversíveis), levando em consideração as condições de mercado de cada plano na estimativa do valor justo. Os custos incorridos são reconhecidos durante o período de carência para aquisição do direito ao exercício dos instrumentos. O valor total a ser registrado como despesa é determinado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e prazos de carência.

4.13. APURAÇÃO DO RESULTADO

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025
Disponibilidade em moeda estrangeira	542.195
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	8.402.123
Total	8.944.318

(i) As aplicações em depósitos interfinanceiros são aplicações que apresentam características de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

6. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

6.1. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Valor justo	sem vencimento	31/12/2025				
			até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Títulos públicos federais	466.787	-	17.863	15.500	-	284.812	68.599
Cotas de fundos de investimento	1.880.778	1.880.778	-	-	-	-	-
Títulos privados	714.938	-	684.912	7.548	5.146	8.874	8.457
Total	3.062.503	1.880.778	702.775	23.048	289.958	77.474	88.470
Curto prazo	725.823						
Longo prazo	2.336.680						

6.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O C6 Bank negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Opções - Os contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de uma contribuição, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um período limitado, incluindo um fluxo de juros, moedas estrangeiras, commodities ou instrumentos financeiros, para um contratado preço que também pode ser liquidado à vista, com base no diferencial entre índices específicos.

Contratos futuros - Os contratos futuros de taxa de juros e moeda estrangeira são compromissos de comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura por um preço ou rendimento contratado e podem ser liquidados à vista ou mediante entrega.

O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor de referência representa a quantidade desses bens multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Os movimentos diários dos preços são definidos para todos os instrumentos.

(I) POR VALOR DE MERCADO E CUSTO

	Custo	31/12/2025
		Valor de mercado
Operações de NDF		
posição ativa	32.077	36.031
posição passiva	16.321	19.932
Mercado de opções		
posição ativa	-	2.215
posição passiva	-	8.413
Contratos a termo		
posição ativa	-	15.880
posição passiva	-	13.891
Operações de swap		
posição ativa	-	186.613
posição passiva	-	42.307
Contratos de câmbio		
posição ativa	-	3.662
posição passiva	-	1.837
Posição ativa	32.077	244.401
Circulante		160.391
Não circulante		84.010
Posição passiva	16.321	86.380
Circulante		84.258
Não circulante		2.122

(II) VALOR REFERENCIAL (NOTIONAL) - POR INDEXADOR E PRAZO DE VENCIMENTO

	31/12/2025					
	Total	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Operações de NDF						
Posição comprada	2.682.209	1.649.473	812.050	220.687	-	-
moeda	1.835.158	1.336.007	287.308	211.843	-	-
commodities	847.051	313.465	524.742	8.844	-	-
Posição vendida	1.410.024	1.289.829	120.195	-	-	-
moeda	1.327.956	1.273.957	53.999	-	-	-
commodities	82.068	15.871	66.196	-	-	-
Mercado de opções						
Posição vendida	256.960	147.291	109.669	-	-	-
moeda	256.960	147.291	109.669	-	-	-
Mercado de futuros						
Posição comprada	15.860.145	15.860.145	-	-	-	-
moeda	790.964	790.964	-	-	-	-
taxa de juros	15.016.460	15.016.460	-	-	-	-
commodities	52.721	52.721	-	-	-	-
Posição vendida	32.163.731	32.163.731	-	-	-	-
moeda	1.726.299	1.726.299	-	-	-	-
taxa de juros	29.187.703	29.187.703	-	-	-	-
commodities	1.249.730	1.249.730	-	-	-	-
Swap						
Posição comprada	3.340.299	1.986.681	1.278.902	65.260	9.457	-
moeda	3.083.119	1.842.681	1.168.902	63.540	7.997	-
taxa de juros	257.180	144.000	110.000	1.720	1.460	-
Posição vendida	1.463.571	135.875	169.298	680.801	154.821	-
moeda	768.507	118.676	140.689	478.742	30.400	-
taxa de juros	695.063	17.199	28.609	202.059	124.421	322.775
Contratos a termo - câmbio						
Posição comprada	510.200	483.157	27.043	-	-	-
moeda	510.200	483.157	27.043	-	-	-
Posição vendida	266.337	214.311	52.026	-	-	-
moeda	266.337	214.311	52.026	-	-	-

CONTABILIDADE DE HEDGE – HEDGE DE VALOR JUSTO

O C6 Bank, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros e variação cambial de investimento no exterior, contrata operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo. O C6 Bank adota contabilidade de hedge de valor justo e de risco cambial, para que suas demonstrações financeiras reflitam o efeito econômico de suas estratégias de proteção. As posições em 31 de dezembro de 2025 estavam compostas da seguinte maneira:

	31/12/2025		Valor base para calcular a inefetividade do hedge (*)
	Valor contábil do objeto de hedge	Ajuste a valor justo do objeto de hedge	
Itens objeto de hedge	Ativo	Passivo	
Risco de taxa de juros			
Hedge de operações de crédito	27.217.673	-	798.607
Hedge de TVM	3.744.538	-	1.246
Hedge de captações	-	14.905.262	(395.761)
Total	30.962.211	14.905.262	404.092

(*) Alterações no valor do item objeto de hedge que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de hedge resultaram no montante de inefetividade do hedge.

Cada estratégia de proteção representa um portfólio para as quais o C6 Bank reestabelece a relação de cobertura, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de riscos aprovadas por alçada competente, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de hedge.

	31/12/2025		
	Valor referencial	Valor base para calcular a inefetividade do hedge	Inefetividade do hedge reconhecida no resultado
Instrumentos de hedge			
Risco de taxa de juros			
Futuros	(14.086.253)	(488.264)	(84.172)
Total	(14.086.253)	(488.264)	(84.172)

7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

7.1. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025							
	Custo atualizado	Ganhos / (Perdas)	Valor justo	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos
	11.509.064	(1.203)	11.747.420	46.208	98.031	1.766.317	5.415.108	4.182.197
Títulos públicos federais	2.410.243	(1.203)	2.409.040	46.208	98.031	1.766.317	467.304	31.181
Debêntures	9.098.821	-	9.098.821	-	-	-	4.947.804	4.151.017
Títulos privados	239.559	-	239.559	-	75.247	40.120	21.578	102.614
Total	11.748.623	(1.203)	11.747.420	46.208	173.278	1.806.437	5.436.686	4.284.812
Curto prazo			219.486					
Longo prazo			11.527.935					

8. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

8.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	31/12/2025	
	Saldo	Provisão
Empréstimos	7.627.520	(1.640.672)
Financiamentos	17.669.750	(1.478.314)
Créditos cedidos com coobrigação/retenção de risco (i)	8.462.959	-
Operações de transações de Pagamento	11.096.119	(168.797)
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	460.595	(4.707)
Subtotal	45.316.943	(3.292.490)
Ajuste a valor justo - Hedge Accounting	(163.853)	-
Total no balanço	45.153.090	(3.292.490)
Limite	32.829.956	(169.097)
Crédito a Liberar	46.347	(112)
Garantia financeira	938.728	(1.421)
TVMs com característica de concessão de crédito	3.079.075	(36.955)
Total	82.047.196	(3.500.075)

(i) Operações de financiamento de veículos cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios. As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios estão apresentadas na Nota 13.1.

(I) POR FAIXA DE VENCIMENTOS

	Vencidas	A vencer até 6 meses	31/12/2025		Total	Provisão
			A vencer de 6 a 12 meses	A vencer após 12 meses		
Operações de crédito						
Empréstimos	1.376.182	1.738.251	1.166.509	3.346.579	7.627.521	(1.640.672)
Financiamentos	430.217	6.707.159	4.950.032	14.047.200	26.134.608	(1.478.314)
Operações de Transações de Pagamento	-	9.840.122	1.185.397	70.600	11.096.119	(168.797)
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	4.737	359.760	5.965	90.133	458.695	(4.707)
Total no balanço	1.811.136	18.645.292	7.307.903	17.554.512	45.316.943	(3.292.490)
Limite	-	32.829.956	-	-	32.829.956	(169.097)
Crédito a Liberar	-	46.347	-	-	46.347	(112)
Garantia financeira	-	212.119	33.618	692.990	938.728	(1.421)
TVMs com característica de concessão de crédito	29.635	1.434.024	955.183	660.233	3.079.075	(36.955)
Total	1.840.771	53.167.738	8.296.704	18.907.735	82.211.049	(3.500.075)

(II) PROVISÃO PARA PERDA DE CRÉDITO ESPERADA

Operações de crédito	01/01/2025	Constituição/(Reversão)	Baixas	31/12/2025
Empréstimos	(1.272.255)	(895.681)	527.264	(1.640.672)
Financiamentos	(910.754)	(578.378)	10.818	(1.478.314)
Operações de Transações de Pagamento	(253.244)	84.447	-	(168.797)
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	(969)	(3.738)	-	(4.707)
Total no balanço	(2.437.222)	(1.393.350)	538.082	(3.292.490)
Limite	(166.986)	(2.111)	-	(169.097)
Crédito a Liberar	-	(112)	-	(112)
Garantia financeira	(1.988)	567	-	(1.421)
TVMs com característica de concessão de crédito	(24.214)	(12.741)	-	(36.955)
Total	(2.630.410)	(1.407.747)	538.082	(3.500.075)

(IV) **CONCILIAÇÃO CONTÁBIL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Estágio 1	01/01/2025	Transferência para		Transferência do		Write off	Aquisição / Liquidação	31/12/2025
		Estágio 2	Estágio 3	Estágio 2	Estágio 3			
Empréstimos	4.106.851	(76.680)	(174.534)	44.524	14.267	-	1.726.079	5.640.507
Financiamentos	15.230.286	(349.959)	(360.632)	125.559	11.733	-	9.889.239	24.546.226
Operações de Transações de Pagamento	8.922.530	(44.112)	(23.724)	73.445	9.071	-	2.121.710	11.058.920
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	74.474	-	-	-	-	-	380.245	454.719
Limite	9.855.272	(1.017)	(7.050)	22.356	5.407	-	22.940.428	32.815.396
Crédito a Liberar	-	-	-	-	-	-	46.346	46.346
Garantia financeira	92.159	-	-	-	-	-	845.258	937.417
TVMs com característica de concessão de crédito	902.984	(17.566)	(22.236)	-	-	-	2.163.695	3.026.877
Total	39.184.556	(489.334)	(588.176)	265.884	40.478	-	40.113.000	78.526.408
Estágio 2	01/01/2025	Transferência para		Transferência do		Write off	Aquisição / Liquidação	31/12/2025
		Estágio 1	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 3			
Empréstimos	340.347	(44.524)	(137.762)	76.680	95.553	-	19.783	350.077
Financiamentos	464.630	(125.559)	(175.854)	349.959	3.272	-	97.959	614.407
Operações de Transações de Pagamento	160.147	(73.445)	(2.893)	44.112	300	-	(105.837)	22.385
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	-	-	-	-	-	-	541	541
Limite	41.186	(22.356)	(659)	1.017	79	-	(18.067)	1.199
TVMs com característica de concessão de crédito	-	-	-	17.566	-	-	(3.911)	13.655
Total	1.006.310	(265.884)	(317.168)	489.334	99.204	-	(9.532)	1.002.264
Estágio 3	01/01/2025	Transferência para		Transferência do		Write off	Aquisição / Liquidação	31/12/2025
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 1	Estágio 2			
Empréstimos	1.340.379	(14.267)	(95.553)	174.534	137.762	(474.035)	566.220	1.635.039
Financiamentos	431.151	(11.733)	(3.272)	360.632	175.854	(10.818)	32.162	973.976
Operações de Transações de Pagamento	15.191	(9.071)	(300)	23.724	2.893	-	(17.622)	14.814
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	1.139	-	-	-	-	-	4.195	5.334
Limite	8.554	(5.407)	(79)	7.050	659	-	2.583	13.360
Garantia financeira	-	-	-	-	-	-	1.311	1.311
TVMs com característica de concessão de crédito	11.099	-	-	22.236	-	-	5.208	38.543
Total	1.807.513	(40.478)	(99.204)	588.176	317.168	(484.853)	594.057	2.682.377

(V) CONCILIAÇÃO CONTÁBIL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONSOLIDADO DOS 3 ESTÁGIOS

Consolidado dos 3 Estágios	01/01/2025	Write off	Aquisição / Liquidação	31/12/2025
Empréstimos	5.787.577	(474.035)	2.312.080	7.625.622
Financiamentos	16.126.067	(10.818)	10.019.360	26.134.609
Operações de Transações de Pagamento	9.097.867	-	1.998.251	11.096.118
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	75.613	-	384.981	460.594
Limite	9.905.013	-	22.924.944	32.829.957
Crédito a Liberar	-	-	46.346	46.346
Garantia financeira	92.159	-	846.569	938.728
TVMs com característica de concessão de crédito	914.083	-	2.164.992	3.079.075
Total	41.998.379	(484.853)	40.697.523	82.211.049

(VI) REESTRUTURAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS A PREJUÍZO

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de crédito inclui R\$ 770.853 (PDD – R\$ 586.485) de operações reestruturadas de acordo com a Res. 4.966/21. A reestruturação de créditos baixados a prejuízo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 127.961 (PDD – R\$ 127.961).

(VII) POR SETORES E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Setor de atividade	31/12/2025	%
Pessoa física	67.554.054	82%
Comércio	3.275.107	4%
Serviço	8.709.561	11%
Indústria	2.292.135	3%
Outros	382.089	0%
Total	82.212.946	100%

8.2. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025					
	Valor justo	Custo atualizado	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos
	16.414.098	16.517.695	8.410.044	3.225.957	1.529.133	3.352.562
Títulos públicos federais	14.009.341	14.009.341	8.410.044	3.225.957	1.529.133	844.208
Títulos públicos - outros países	2.404.757	2.508.354	-	-	-	2.508.354
Total	16.414.098	16.517.695	8.410.044	3.225.957	1.529.133	3.352.562
Circulante		8.410.044				
Não circulante		8.107.651				

8.3. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2025
Valores a receber por intermediação	156.299
Devedores diversos	12.793
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	36.416
Reservas compulsórias no Banco Central	23.000
Demais depósitos no Banco Central	5.219.338
Aplicações em depósitos interfinanceiros	85.676
Total	5.533.522
Circulante	5.447.846
Não circulante	85.676

8.4. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

	31/12/2025					
	Valor justo	Custo atualizado	até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 365 dias	acima de 5 anos
	8.137.144	8.137.143	2.340.759	39.119	10.282	5.746.983
Debentures	5.746.983	5.746.983	-	-	-	5.746.983
CPR - Cédula do Produto Rural	1.364.995	1.364.994	1.319.914	34.799	10.282	-
Nota Comercial	1.025.166	1.025.166	1.020.846	4.320	-	-
Total	8.137.144	8.137.143	2.340.759	39.119	10.282	5.746.983
Curto prazo		2.390.160				
Longo prazo		5.746.983				

9. OUTROS ATIVOS

	31/12/2025
Rendas a receber	228.293
Outros créditos - diversos (nota 9.1)	1.255.421
Outros valores e bens	107.525
Despesas antecipadas (i)	691.267
Total	2.282.506
Circulante	1.354.272
Não circulante	928.234

(i) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de despesas antecipadas refere-se, substancialmente, a comissões pagas a terceiros por estruturação de operações com o mercado a serem reconhecidas pelo prazo dos contratos e o diferimento do custo da matéria prima do plástico utilizado para elaboração do cartão, após o desbloqueio pelo cliente.

9.1. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	31/12/2025
Adiantamentos e antecipações salariais	65.321
Adiantamentos para fornecedores	152.527
Valores a receber de sociedades ligadas (i)	174.659
Devedores diversos	611.206
Depósitos judiciais	18.461
Impostos e contribuições a compensar	233.247
Total	1.255.421
Circulante	327.187
Não circulante	928.235

(i) Refere-se substancialmente aos valores recebidos da C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("C6 CTVM") no dia útil subsequente, decorrente de movimentações de clientes após o encerramento do expediente bancário.

10. INVESTIMENTOS

No país	01/01/2025	% de participação no Capital Social	Aporte / (encerramento) / (dividendos)	Resultado de participação	31/12/2025
C6 CTVM Ltda. (nota 3)	362.017	0%	(492.040)	130.023	-
NTK Solutions S.A.	730.482	100%	-	67.880	798.362
Banco C6 Consignado S.A. (nota 3)	1.705.739	0%	(1.897.987)	192.248	-
C6 Corretora de Seguros S.A.	97.375	100%	-	176.508	273.883
Ágio - C6 Corretora de Seguros S.A.	4.447	100%	-	-	4.447
Total	2.900.060		(2.390.027)	566.659	1.076.692

O Banco C6 S.A. avalia o investimento para teste de redução ao valor recuperável e em 31 de dezembro de 2025 e não foi identificada nenhuma indicação de redução ao valor recuperável.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES DE CONTROLADAS

	% de participação	31/12/2025	
		Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício
No país			
NTK Solutions S.A.	100%	798.362	67.880
C6 Corretora de Seguros S.A.	100%	273.884	176.508

11. IMOBILIZADO

	01/01/2025	Aquisição / Baixa / Ajuste	Depreciação	31/12/2025
Mobília e equipamento	34.700	13.814	-	48.514
Sistemas de processamento de dados	45.930	(33)	-	45.897
Melhorias	122.177	10.793	-	132.970
Depreciação acumulada	(74.696)	-	(24.747)	(99.444)
Total	128.111	24.574	(24.747)	127.937

O saldo da demonstração do resultado referente a despesa de depreciação difere do apresentado acima pois inclui efeitos de rateio/ressarcimento de despesas entre entidades do Grupo C6 Bank.

12. INTANGÍVEL

	Movimentação			
	01/01/2025	Aquisição / Baixa	Amortização	31/12/2025
Intangíveis	35.183	23.019	-	58.202
Amortização Acumulada	(16.724)	-	(3.868)	(20.591)
Total	18.460	23.019	(3.868)	37.611

O saldo da demonstração do resultado referente a despesa de amortização difere do apresentado acima pois inclui efeitos de rateio/ressarcimento de despesas entre entidades do Grupo C6 Bank.

13. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2025					Total
	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Depósitos	7.706.828	8.418.892	25.210.872	2.147.549	2.629.959	46.114.100
Depósitos à Vista	2.064.035	-	-	-	-	2.064.035
Depósitos interfinanceiros	473.304	157.448	12.816	-	-	643.568
Depósitos a Prazo	5.169.025	8.261.444	25.198.056	2.147.549	2.629.959	43.406.033
Outros Depósitos	464	-	-	-	-	464
Recursos de aceites e emissão de títulos	485.914	3.022.658	3.728.771	163.433	48.738	7.449.514
Letras financeiras	485.914	3.022.658	3.728.771	163.433	48.738	7.449.514
Empréstimos	-	-	4.970.181	-	-	4.970.181
Empréstimos no Exterior -	-	-	4.970.181	-	-	4.970.181
Outras Instituições	-	-	-	-	-	-
Total	8.192.742	11.441.550	33.909.824	2.310.982	2.678.697	58.533.795
Circulante						19.634.292
Não circulante						38.899.503

13.1. OBRIGAÇÃO POR CESSÃO DE CRÉDITO

	31/12/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios	8.556.253
Total	8.556.253
Circulante	4.882.317
Não circulante	3.673.936

O C6 Bank realizou cessões de carteiras de operações de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, tendo em vista que o C6 Bank adquiriu as séries subordinadas das debêntures relacionadas a essas operações.

13.2. DÍVIDAS SUBORDINADAS

Abaixo estão apresentadas as Letras Financeiras Subordinadas vigentes no período:

31/12/2025				
Emissão	Vencimento	Valor principal	Indexador (a.a.)	Saldo contábil
2021	2026	99.900	1,3% + CDI	177.145
2023	2033	2.000	9,78% + IPCA	2.223
2024	2034	250.000	6,85% + IPCA	288.816
2024	perpétua	45.000	7,85% + IPCA	43.938
2024	perpétua	69.550	9,52% + IPCA	70.520
2024	2033	500	SOFR + 5,6%	2.759
2025	2035	16.500	16,9% a.a.	17.137
2025	2035	2.000	16,7% a.a.	2.244
2025	2036	355	17,7 a.a.	409
2025	2039	500	17,7 a.a.	577
2025	2040	432.460	17,7 a.a.	499.421
2025	2035	600.300	8,25%+IPCA	597.424
2025	2035	36.000	1,6% + CDI	39.619
2025	2035	108.300	1,9% + CDI	112.443
Total		1.663.365		1.854.675

13.3. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2025
Operações compromissadas	17.900.061
Recebimentos de pagamentos a liquidar (i)	11.713.571
Garantias Financeiras Prestadas	2.736
Operações de câmbio	129.034
Negociação e intermediação de valores	170.038
Total	29.915.440
Circulante	29.915.440

(i) Refere-se aos valores a pagar para adquirentes devido ao uso de cartão de crédito e débito por parte dos clientes do C6 Bank.

14. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025
Contas a pagar de despesas com pessoal	100.733
Contas a pagar de despesas administrativas	30.141
Provisão para participação nos lucros	237.635
Provisão para pagamento a fornecedores	94.118
Obrigações por vendas de cartões de débito e crédito	49.825
Provisão relacionada a programa de fidelidade	444.774
Credores diversos	324.657
Despesas com plano de outorga de ações	97.903
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.258
Outros	4.537
Total	1.385.581
Circulante	625.473
Não circulante	760.108

15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES

As provisões registradas para processos em que a probabilidade de perda é provável e os montantes mensuráveis com suficiente segurança estão assim apresentados:

	31/12/2024	Adições	Baixa	31/12/2025
Contingências Cíveis	14.888	8.238	(4.318)	18.808
Contingências Trabalhistas	24.489	51.274	(29.883)	45.881
Total	39.377	59.512	(34.201)	64.689

Os depósitos judiciais realizados pelo C6 Bank em face dos processos em que é parte montam R\$ 18.461 em 31 de dezembro de 2025, apresentados em Outros ativos.

PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2025, o C6 Bank figurava como parte em processos cíveis no montante de R\$802.068, como parte em processos trabalhistas no montante de R\$141.085 e como parte em processos fiscais no montante de R\$110.857, substancialmente relacionados a contribuições previdenciárias e base de cálculo de PIS e COFINS, com probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social é de R\$1.103.177, dividido em 1.941.959.092 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

16.2. RESERVA LEGAL

A reserva legal é de R\$ 58.062. Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

16.3. RESERVA DE CAPITAL

A reserva de capital é de R\$ 146.215. Constituída de forma reflexa das reservas de capital de subsidiárias em decorrência das avaliações dos investimentos em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial. Transações de capital, que incluem mudanças na participação acionária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle, e qualquer diferença entre o valor pago e o valor contábil do acionista não controlador de investidas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em reserva de capital.

16.4. DIVIDENDOS

De acordo com o Estatuto Social e a Lei 6.404/76, a assembleia-geral deliberará sobre a destinação dos lucros auferidos no exercício social. Em 31 de dezembro de 2025, a administração propôs a retenção do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 920.655 em reserva de lucros após constituição de reserva legal de R\$ 58.062 e distribuição de JCP de R\$ 182.518.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA DE IRPJ E CSLL

	31/12/2025
Resultado antes dos impostos e contribuições	969.368
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes	(436.216)
Efeitos no cálculo dos tributos decorrentes de:	
Participação em Coligadas e Controladas	254.997
Despesas Indedutíveis	(218)
Juros sobre capital próprio	82.133
Receitas sobre juros não tributáveis	169.954
Incentivo Inovação Tecnológica	114.420
Outros Valores	6.797
Encargos sobre efeitos no cálculo dos tributos	628.083
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	191.867
Efeitos de adições e exclusões temporárias no cálculo dos tributos	
Provisão para participação nos resultados	21.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(194.617)
Provisão para contingência cível	9.696
Provisão para pagamentos	(980)
Ajuste a valor de mercado	355.248
Constituição dos impostos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	191.257
Imposto de Renda e Contribuição Social valores correntes	610
Constituição/(Realização) de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-

MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	01/01/2025	Constituição	Realização/Baixa	31/12/2025
Provisão para participação nos lucros	85.689	103.908	(81.998)	107.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.132.304	1.157.899	(863.177)	2.427.027
Provisão para contingências cíveis	6.827	9.696	-	16.523
Provisão para pagamentos	96.765	9.627	(10.607)	95.785
Marcação a mercado	-	356.505	(308.637)	47.868
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	634.980	-	-	634.980
Total dos Créditos Tributários Ativados	2.956.565	1.637.635	(1.264.419)	3.329.782
Imposto de Renda	1.642.537			1.849.879
Contribuição Social	1.314.028			1.479.903

Em 31 de dezembro de 2025, o C6 Bank possui o saldo de créditos não ativados de R\$ 449.466.

MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025
Marcação a mercado	(308.637)	-	308.637	-
Total de obrigações diferidas	(308.637)	-	308.637	-
Imposto de Renda	(171.465)			-
Contribuição Social	(137.172)			-

Em 31 de dezembro de 2025, a parcela de R\$ (2.388) (01 de janeiro de 2025 R\$ (3.645)) corresponde ao crédito tributário referente ao ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como o valor justo por meio de outros resultados abrangentes, foram registrados em conta de patrimônio líquido.

EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Em 2026	1.060.103
Em 2027	658.732
Em 2028	522.648
Em 2029	403.186
A partir de 2030	685.114
Total de créditos tributários	3.329.783
Valor presente	2.633.474

O montante projetado para a realização dos créditos tributários é estimado com base no valor presente dos ativos fiscais diferidos considerando a taxa média de captação, observando as regras de perdas incorridas na recepção de créditos estabelecidas pelas Lei nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/2024.

OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

	31/12/2025
PIS, COFINS, ISS Correntes	(22.886)
Impostos de terceiros	(77.362)
Total	(100.248)
Circulante	(100.248)

CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO ATIVADO

	31/12/2025
Crédito Tributário Não Ativado	
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	449.466
Total dos Créditos Tributários Não Ativados	449.466
Imposto de Renda	249.703
Contribuição Social	199.763

18. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2025	
	2º semestre	Exercício
Comissão sobre compras - intercâmbio	363.158	746.671
Corretagens de cambio	5.249	9.981
Serviços de custódia	25	155
Serviços de cobrança	1.255	2.442
Serviços de seguro e resseguro	146.429	250.688
Tarifas	527.642	974.782
Comissão de avais e fianças	3.503	3.503
Outros serviços	-	1.434
Total	1.047.261	1.989.656

19. DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2025	
	2º semestre	Exercício
Proventos	(313.003)	(540.432)
Benefícios	(92.695)	(154.900)
Encargos sociais	(20.339)	(84.406)
Treinamentos	(875)	(1.921)
Total	(426.911)	(781.658)

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	
	2º semestre	Exercício
Telecomunicações e processamento de dados	(243.193)	(491.115)
Propaganda e publicidade	(61.750)	(115.505)
Serviços técnicos especializados	(217.445)	(468.316)
Serviços de terceiros e consultorias	(36.069)	(102.325)
Serviços do sistema financeiro	(40.112)	(80.148)
Outras despesas administrativas	(5.048)	(37.197)
Total	(603.617)	(1.294.606)

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2025	
	2º semestre	Exercício
Variação cambial	(70.173)	(49.118)
Serviços associados a transações de pagamentos	(11.276)	(23.937)
Despesas de provisão para contingências	(5.437)	(25.792)
Despesa de comissão	(98.440)	(112.539)
Despesas com plano de outorga de ações	(24.385)	(49.288)
Outras receitas e despesas operacionais (i)	423.749	505.609
Total	214.038	244.935

(i) Refere-se substancialmente a rendas com acelerador de pontos átomos, rendas com aceleador plano platinum e rateio de despesas entre as entidades.

22. OUTORGA DE DIREITOS SOBRE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS

A movimentação do saldo está apresentada na tabela abaixo:

	01/01/2025	Adições	Resgates/ Cancelamentos (i)	31/12/2025
Parcerias	151.486	19.924	(25.195)	146.215
Saldo final	151.486	19.924	(25.195)	146.215

(i) No primeiro semestre de 2025, o C6 Consignado revisou os contratos de parceria de acordo com novas condições comerciais que flexibilizam a forma de liquidação dos direitos econômicos sobre os instrumentos patrimoniais, o impacto no C6 Bank é oriundo de equivalência patrimonial.



Demonstrações financeiras

Banco C6 S.A.

31 de dezembro de 2025

Esses programas são contabilizados de acordo com as normas aplicáveis a pagamentos baseados em ações e referem-se a transações com pagamento mediante outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais concedidas por entidades controladoras indiretas que possuem interesse econômico no C6 Bank, que é a entidade que recebe o serviço.

23. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

Operações pactuadas com controladas direta, indireta, pessoal chave da Administração e controlador:

	31/12/2025
Ativo	
Outros ativos - C6 CTVM Ltda.	167.788
Outros ativos - Banco C6 Consignado S.A.	17.949
Outros ativos - Carbon Holding Financeira S.A.	80
Outros ativos - C6 Corretora de Seguros Ltda.	4.131
Outros ativos - Carbon Asset Management Ltda.	120
Outros ativos - Csixers 3 Holding S.A.	5
Outros ativos - C6 Seg Assessoria e Consultoria em Seguros Ltda.	15.363
Outros ativos financeiros - Banco C6 Consignado S.A.	487.751
Derivativos - Banco C6 Consignado S.A.	39.837
Passivo	
Depósitos a prazo - Fundo Carbono	91.731
Depósitos a prazo - NTK Solutions S.A.	1.982
Depósitos a vista - C6 CTVM Ltda.	5.950
Depósitos a vista - Banco C6 Consignado S.A.	6.486
Depósitos a vista - Carbon Holding Financeira S.A.	73
Depósitos a vista - NTK Solutions S.A.	752
Depósitos a vista - N7 Holding S.A.	6
Depósitos a vista - C6 Corretora de Seguros Ltda.	5.235
Depósitos a vista - Carbon Asset Management Ltda.	418
Depósitos a vista - Oxigênio Assessoria em Seguros Ltda.	2.203
Depósitos a vista - C6 Holding S.A.	3.819
Depósitos a vista - Csixers 3 Holding S.A.	36.750
Depósitos a vista - PayGo Adm. Meios de Pagamento Ltda.	7.940
Depósitos interfinanceiros - C6 CTVM Ltda.	460.165
Operações compromissadas - C6 CTVM Ltda.	10.632.549
Operações compromissadas - Banco C6 Consignado S.A.	1.106.961
Outros passivos - Banco C6 Consignado S.A.	94
Outros passivos - C6 Holding S.A.	742
Outros passivos - C6 Seg Assessoria e Consultoria em Seguros Ltda.	448
Outros passivos - PayGo Adm. Meios de Pagamento Ltda.	4.215
Resultado	
Receita de depósitos interfinanceiros - Banco C6 Consignado S.A.	752.710
Empréstimos e Repasses - Banco C6 Consignado S.A.	34.630
Derivativos - Banco C6 Consignado S.A.	131.883
Resultado de operações com instrumentos financeiros - C6 Consignado	(78.382)
Resultado de operações com instrumentos financeiros - C6 CTVM	1.232.612
Despesas de captação - Fundo Carbono	(7.436)

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício foi de R\$ 23.797, sendo R\$ 7.122 considerado benefício de longo prazo e R\$ 16.675 considerado benefício de curto prazo.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital do Grupo C6 reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações e produtos. A gestão de risco e capital é realizada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, a independência de suas operações.

O C6 Bank gerencia de forma proativa os riscos inerentes às suas atividades, por entender que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle desses riscos. A filosofia do banco é investir esforços significativos no entendimento da natureza e dos potenciais efeitos dos riscos assumidos, visando definir práticas adequadas à gestão dos negócios.

A gestão de riscos é disseminada a todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar os potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam devidamente avaliados e geridos nas diferentes áreas do banco.

24.1. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O C6 Bank elaborou estudos com base nas mudanças dos fatores macroeconômicos no cálculo da perda esperada de crédito. Os modelos de perda esperada usam três cenários diferentes: Base, Pessimista e Otimista. Esses cenários foram combinados ponderando suas probabilidades: 80%, 10% e 10% vinculando o maior peso ao cenário base e os menores pesos aos cenários mais extremos.

A avaliação desses cenários contemplou a inadimplência histórica e as seguintes variáveis macroeconômicas: Taxa Selic (taxa de juros), Produto Interno Bruto (PIB) e taxa de desemprego. A administração considera esses fatores macroeconômicos os mais relevantes no ambiente da economia brasileira, podendo resultar em um possível impacto na perda de crédito esperada.

A tabela a seguir mostra os possíveis impactos no cálculo da perda esperada de crédito dada a adoção de uma premissa de 100% de probabilidade para cada cenário.

31/12/2025				
Ativos Financeiros	Perdas Esperadas	Redução ou aumento de perda esperada		
		Cenário base	Cenário pessimista	Cenário otimista
138.239.604	(4.602.527)	(60.881)	(101.345)	(20.307)

24.2. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS CARTEIRAS

A análise de sensibilidade das carteiras permite avaliar o efeito dos movimentos relativos das curvas de mercado e dos preços dos ativos financeiros sobre as posições mantidas pelo C6 Bank. Nesse sentido, são empregados três cenários específicos:

Cenário I: Aplicação de choques de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Exposições		31/12/2025		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxa de Juros Prefixada em Reais	(2)	(42)	(84)
Cupons Cambiais	Taxa dos Cupons de Moedas Estrangeiras	2	42	84
Moedas	Taxas de Câmbio	(1)	(13)	(27)
Cupom IPCA	Taxa dos Cupons de IPCA	(1)	(13)	(27)
Total Trading		(1)	(27)	(53)
Total Banking		(243)	(6.075)	(12.151)



Demonstrações financeiras
Banco C6 S.A.
31 de dezembro de 2025

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Os ativos financeiros mensurados ao valor de mercado (Notas 6 e 7) são representados por investimentos em títulos públicos brasileiros e instrumentos financeiros derivativos, classificados no Nível 1 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela observação de preços ativamente negociados no mercado; títulos privados, incluindo CRA classificadas no Nível 2 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá por técnica de avaliação que utiliza dados de mercado observáveis; e cotas de fundos de investimento, classificados no Nível 2 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela atualização do valor da cota divulgada por seus administradores.

24.3. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Os requerimentos de capital do C6 bank são determinados com base no conjunto de regras emanadas pelo CMN e BACEN. Para calcular os requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) através da soma das parcelas dos Ativos Ponderados por Risco de Crédito, de Mercado, Operacional e de Serviços de pagamento. O C6 bank utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo dessas parcelas, consoante a regulamentação em vigor.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.958/21, a exigência total de Patrimônio de Referência (PR) é de 10,5%, composta por 8,0% de Patrimônio de Referência Mínimo exigido e 2,5% de Adicional de Conservação de Capital Principal. O PR Nível I é de 8,5%, sendo que o Capital Principal Mínimo corresponde a 7,0%. Os indicadores de capital são apurados de forma consolidada, considerando as informações do Conglomerado Prudencial, de acordo com a definição estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/21.

	31/12/2025
Patrimônio de Referência	8.763.341
Nível I	6.477.104
Capital Principal ⁽ⁱ⁾	5.938.562
Capital complementar	538.542
Nível II	2.286.237
Dívida Subordinada	2.286.237
Ativos ponderados pelo risco - RWA	66.803.525
Risco de Crédito (RWAcpad) ⁽ⁱⁱ⁾	59.677.394
Risco de Mercado (RWAm pad)	485.968
Risco Operacional (RWAopad)	5.453.297
Risco de Serviços de pagamento (RWAsp)	1.186.866
Patrimônio de Referência mínimo requerido	5.344.282
Índice de Basileia (PR/RWA)	13,1%

(i) De acordo com o cronograma da Resolução CMN nº 5.199/24, o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, após a aplicação dos critérios de constituição de provisão para perdas previstos na Resolução CMN nº 4.966, a partir de 1º de janeiro de 2025, deverá impactar o capital de forma faseada.

(ii) Os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco de crédito na abordagem padronizada (RWACPAD) são definidos pela Resolução BCB nº 229/22.

O Relatório de Pilar 3 do Grupo C6 está disponível no site: www.c6Bank.com.br/documentos/

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

OC6 Bank possui acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.